

CONSTRUIR TEATROS E CINE-TEATROS EM PORTUGAL: “NOVOS PALCOS PARA OS ARTISTAS, NOVOS ESPECTÁCULOS PARA O PÚBLICO”

Carlos Vargas

Investigador do Observatório Político

Este *working paper* representa uma parcela de uma investigação maior em curso. A possibilidade da descentralização cultural, associada a uma inusitada capacidade financeira oriunda da União Europeia, conduziu à renovação e construção de teatros e cineteatros em Portugal continental, nomeadamente a partir de 1997. Sendo certo que anteriores governos tinham já criado programas de apoio para aqueles equipamentos culturais, será o XIII Governo constitucional que dará visibilidade e expressão a uma medida de política da administração central do Estado que vai transformar a paisagem das artes do espectáculo em Portugal.

“Politics begins with place.”
Göran Therborn, *Why and how place matters*¹

No início dos anos 1990, a situação dos teatros e cineteatros espalhados pelo país era pouco melhor do que decadente. No Porto, a Empresa do Teatro Rivoli, S.A. falira e a Câmara Municipal compra o edifício em 1989. O Rivoli abre ao público, completamente renovado, a 16 de Outubro de 1997. O São João Cine, também no Porto, é adquirido pelo Estado em 1992 e apesar de reabrir, no final desse ano, como Teatro Nacional São João, vai ser alvo de uma intervenção de fundo até 1995. Em 1991, o Coliseu do Porto celebrava o seu cinquentenário. No entanto, quatro anos depois, em 1995, a Empresa Artística SA, pertencente ao Grupo Aliança – UAP pretende vender o edifício à Igreja Universal do Reino de Deus. A polémica instala-se e a opinião pública impede o negócio. Constitui-se, então, uma associação sem fins lucrativos, com a participação da Câmara Municipal do Porto, Secretaria de Estado da Cultura,

¹ THERBORN, Göran (2006). *Why and how place matters*. GOODIN, Robert E., TILLY, Charles (ed.) *The Oxford Handbook of Contextual Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 511.

Área Metropolitana do Porto e da própria Aliança – UAP, que viria a adquirir o edifício em 2 de Agosto de 1996. A cidade do Porto é, pois, um bom exemplo do grau de desinteresse e de decadência a que estes equipamentos tinham chegado, e da mudança de perspectiva política que se opera colocando os teatros no centro da renovação do tecido urbano.

Mas a situação não era exclusiva da cidade do Porto. Em Lisboa, o Teatro São Luiz só reabrirá ao público em 2002, depois de muitos anos de encerramento e de acentuada decadência. Ao mesmo tempo, e ainda em Lisboa, a Câmara Municipal adquire o Teatro Maria Matos em 1982. Face ao seu acentuado estado de degradação, este teatro encerra em 2004 para reabrir após sofrer obras em 2007. Em Castelo Branco, o Cineteatro Avenida arde em 1986, em Aveiro, a Câmara Municipal adquire o Teatro Aveirense em 1998, e o Teatro Jordão de Guimarães vai-se degradando e encerra ao público. Em Beja, o Pax Julia encerra em 1990 e, em 1995, a Câmara Municipal de Beja, adquire o edifício à empresa Lusomundo. Em Lamego, o Teatro Ribeiro Conceição encerra portas, em 1989, num acentuado estado de degradação, reabrindo renovado apenas em 2008, agora propriedade da Câmara Municipal de Lamego. Os sinais de erosão da actividade dos espectáculos e de cinema alastram a todo o território nacional e, pouco a pouco, os teatros e cineteatros encerram por falência das empresas, por afastamento do público e pela manifesta falta de condições de segurança e de qualidade dos equipamentos culturais. É neste contexto que o poder autárquico se vê-se forçado a comprar muitos destes edifícios de grande porte, localizados frequentemente nos centros históricos e não poucas vezes por pressão das comunidades locais. Esta discreta nacionalização dos equipamentos culturais dedicados às artes do espectáculo, liderado pelas autarquias locais, não é, na maioria das vezes, acompanhada por um projecto de programação cultural, de formação de equipas técnicas ou sua contratação e de um projecto de desenvolvimento das práticas culturais das populações.

É neste contexto que o XIII Governo Constitucional², através do recém-criado Ministério da Cultura³ liderado por Manuel Maria Carrilho e Rui Vieira Nery, lança, em 1996, um concurso denominado “Adaptação e Instalação de Recintos Culturais”⁴ para fazer face a muitas das necessidades patrimoniais detectadas.⁵ De um total de 239 propostas recebidas, são seleccionadas 21 com um total de apoio financeiro de oitocentos mil contos. Contudo, este concurso

² Em Outubro de 1995, o Partido Socialista, liderado por António Guterres, vence as eleições legislativas.

³ Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio.

⁴ Este programa foi precedido por um outro intitulado “Rede Nacional de Salas de Espectáculos”, iniciado em 1992 e que, até 1998, contemplou 31 acções de aquisição, obras e equipamento, numa verba total de € 11.788.048,30 (2.363.291.500\$00). Por outro lado, já em 1998 e 1999, no âmbito da Medida 5 – Museus e Outros Equipamentos Culturais do Sub-Programa Turismo e Património Cultural do QCA II, foram apoiadas as seguintes obras de reconstrução: Cineteatro de S. Pedro do Sul, Cineteatro de S. Pedro, em Abrantes, Teatro Club da Póvoa de Lanhoso, Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo e ainda uma pequena intervenção no Teatro Circo de Braga. Memorando do IPAE – Instituto Português das Artes do Espectáculo ao Ministro da Cultura, 2 de Maio de 2002, p. 2.

⁵ Despacho Normativo n.º 46/96, de 5 de Novembro. Alterado pelo Despacho Normativo n.º 25/97, de 15 de Maio e pelo Despacho Normativo 37/97 de 7 de Julho (para dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 384/87 de 24 de Dezembro que define as condições para a participação do Estado no financiamento de projectos de investimento da responsabilidade dos diferentes níveis da Administração Pública).

será anulado em 1998, pelo então Ministro na Cultura, e os anteriores despachos normativos revogados.⁶ Na verdade, o Ministro da Cultura anulará o anterior concurso de apoio à recuperação de equipamentos culturais⁷, através do Despacho Normativo n.º 37/ 97 de 23 de Julho⁸, e criará um programa intitulado “Rede Nacional de Recintos Culturais/ Rede de Teatros Históricos”, tendo para tal celebrado com a empresa Tabaqueira, S.A. um protocolo de apoio mecenático no montante de 1,5 milhões de contos (€ 7.481.968,00).⁹ Na carta dirigida aos presidentes de câmaras do país para apresentação deste novo programa¹⁰, Manuel Maria Carrilho afirma:

“O Ministério da Cultura reconhece como fundamental a existência de uma rede nacional de recintos culturais que possibilite, por um lado, o desenvolvimento de programas de difusão cultural e, por outro, a criação de pólos descentralizados de produção artística. Foi no sentido de colmatar esta falha nas estruturas culturais do nosso país que o Ministério da Cultura estabeleceu o programa “Rede Nacional de Recintos Culturais/ Rede de Teatros Históricos” que, de uma forma faseada terá como objectivo o de vir a dotar os principais núcleos urbanos do país de uma sala de espectáculos que satisfaça, nas melhores condições, quer o público, quer os artistas. Os elevados montantes financeiros necessários à concretização deste projecto levou à construção de uma engenharia financeira que passa pela comparticipação mecenática, nomeadamente da Tabaqueira, S.A. e por outros órgãos da Administração Central.”¹¹

Assim, e neste novo contexto, são anunciadas publicamente pelo Ministério da Cultura as seguintes acções de construção, recuperação ou modernização:

Rede Nacional de Teatros e Cineteatros (Capitais de Distrito)

Aveiro, Teatro Aveirense

Beja, Teatro Pax-Julia

Braga, Theatro Circo

Castelo Branco, Cine-Teatro Avenida

Coimbra, [novo teatro]

Faro, Teatro Lethes

⁶ Despacho Normativo n.º 48/ 98, de 7 de Julho. As necessidades totais das candidaturas apresentadas ascendiam a cerca de 22 milhões de contos. Os novos programas, dada a dimensão do investimento, mesmo que bastante menor, serão enquadrados no âmbito do QCA II – Quadro Comunitário de Apoio e do POC – Programa Operacional da Cultura.

⁷ De muitas destas perplexidades se dá conta António Henriques que escreve: “Os apoios do Ministério da Cultura à Rede Nacional de Teatros e Cineteatros e à Rede Municipal de Espaços Culturais, anunciados em Março último, não foram sujeitos a uma planificação do que deve ser a intervenção nesta área.” HENRIQUES, António (1999). Um plano adiado. *Jornal Expresso*. Cartaz. 19 de Junho de 1999, pp.6 e 7.

⁸ Neste Despacho, Rui Vieira Nery, Secretário de Estado da Cultura, esclarece: “Não seria realista, no entanto, esperar que os recursos orçamentais a afectar a este Programa possam, no biénio de 1997-1998, apesar do seu montante considerável, assegurar o apoio à totalidade das candidaturas seriadas pelos escalões prioritários na avaliação decorrente do concurso já realizado. Não se mostra, assim, responsável abrir novo concurso para este Programa referente ao ano de 1998.”

⁹ Este protocolo, assinado a 17 de Dezembro de 1998, faz referência exclusivamente a uma “Rede de Teatros Históricos”: “Considerando que a reabilitação das infra-estruturas culturais constitui para o Ministério da Cultura uma prioridade nacional, é criado o programa “Rede de Teatros Históricos”, com o objectivo de dotar o país de uma rede básica de salas de espectáculo que permita o desenvolvimento e a descentralização da actividade cultural de modo a incentivar a política de itinerâncias, incrementando e diversificando a oferta nos principais centros urbanos”.

¹⁰ Este programa foi apresentado em sessão pública no dia 24 de Março de 1999, em Lisboa, no Centro Cultural de Belém. Apesar de o programa incluir a designação “Rede de Teatros Históricos”, a mesma designação que consta no protocolo celebrado com a Tabaqueira, S.A., esta nunca será mencionada aparecendo no seu lugar a designação “Rede Municipal de Espaços Culturais” a par da designação “Rede Nacional de Teatros e Cineteatros”.

¹¹ Juntamente com o MEPAT - Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Guarda, [novo teatro]
Leiria, [novo teatro]
Portalegre, [novo teatro]
Santarém, Teatro Sá da Bandeira
Viana dos Castelo, Teatro Sá de Miranda
Vila Real, [novo teatro]

Rede Municipal de Espaços Culturais

Almada, [novo teatro]
Figueira da Foz, [novo teatro]
Guimarães, [novo teatro]
Lamego, Teatro Ribeiro Conceição
Mértola, Cine-Teatro Marques Duque
Montijo, Cine-Teatro Joaquim de Almeida
Sintra, Cine-Teatro Carlos Manuel
Vila do Conde, Cine-Teatro Neiva

Entre Janeiro de 1999 e Agosto de 2000, foram assinados documentos de compromisso¹² entre o Ministério da Cultura e as autarquias envolvidas nas acções atrás indicadas¹³ e ainda com as que agora se apresentam:

Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros (Capitais de Distrito)

(no âmbito do apoio mecénico da Tabaqueira, S.A.)
Bragança, [teatro novo]
Faro, [teatro novo]

Rede Municipal de Espaços Culturais

Campo Maior, Centro Cultural de Campo Maior
Covilhã, Centro das Artes
Estarreja, Cine-Teatro de Estarreja
Monção, Cine-Teatro João Verde
Ourique, Cine-Teatro de Ourique
Sever do Vouga, Cine-Alba
Tarouca, Auditório Municipal de Tarouca

O montante total dos compromissos assumidos ascende a cerca de € 18.658.877,56, suportando a Tabaqueira S.A. o montante de € 7.481.968,00. Assim, o montante a suportar pelo Ministério da Cultura¹⁴ e pelo MEPAT é de €

¹² Nos termos do Decreto-Lei n.º 3847/87, de 24 de Dezembro, foram assinados, entre outros, Acordos de Colaboração, Contratos Programa e Protocolos com carácter definitivo e Acordos de Colaboração ou Protocolos preliminares que previam a assinatura posterior de um Contrato Programa. Memorando do IPAE ao Ministro da Cultura, 2 de Maio de 2002, p. 3.

¹³ No preâmbulo do contrato celebrado entre o MC e a Câmara Municipal da Guarda (Contrato n.º. 1338/99 de 26 de Maio, publicado no Diário da República, II.ª. Série, de 18 de Junho de 1999) pode ler-se: "Considerando que o Ministério da Cultura, no sentido de dotar o país de uma rede de salas de espectáculo, estabeleceu um protocolo de colaboração com a Tabaqueira, S.A., para a criação e desenvolvimento do programa 'Rede Nacional de Teatros e Cineteatros', que envolve o financiamento de obras para e para aquisição de equipamentos; considerando que a primeira prioridade do Ministério da Cultura, para a concretização desta rede, são as cidades capitais de distrito;" (sublinhado nosso). Se por um lado o conceito de "Rede" é sistematicamente utilizado sem nunca ser definido, invoca-se expressamente, nestes preâmbulos, a prioridade de intervenção em capitais de distrito.

¹⁴ Os montantes suportados pelo MC foram inscritos em sede de PIDDAC do IPAE, ex-Projecto Raízes e ainda através do FFC - Fundo de Fomento Cultural. A contribuição mecénica da Tabaqueira, S.A. foi distribuída por três anos (1999, 2000 e 2001) em montante idêntico: € 2.493.989,78 em cada ano. Estes montantes integraram o Orçamento de Receita do FFC, a quem foi atribuída a competência para processamento dos pagamentos com contrapartida daquele donativo.



11.176.908,65 distribuído nos anos de 1999, 2000 e 2001. Por outro lado, e apesar do anunciado publicamente, serão apenas onze os equipamentos a beneficiarem do referido apoio mecenático¹⁵, ignorando-se então o conceito de “Teatros Históricos” inicialmente invocado no protocolo e não se fazendo distinção entre a “Rede Nacional de Teatros e Cineteatros” e a “Rede Municipal de Espaços Culturais”:

Aveiro, Teatro Aveirense	€ 532.965,55
Beja, Teatro Pax Julia	€ 365.629,61
Bragança [teatro novo] ¹⁶	€ 997.500,00
Castelo Branco, Cine-Teatro Avenida	€ 374.098,42
Guarda, [novo teatro] ¹⁷	€ 997.500,00
Leiria, Mercado Sant’ Ana	€ 997.595,79
Sintra, Cine-Teatro Carlos Alberto	€ 498.797,90
Viana do Castelo, Teatro Sá de Miranda	€ 498.797,90
Vila Real [novo teatro] ¹⁸	€ 997.500,00
Faro, Teatro Lethes ¹⁹	€ 916.241,85
Porto, Teatro Carlos Alberto ²⁰	€ 570.216,99
Total Final ²¹	€ 7.746.844,01

Através deste novos programas, sem concursos, sem regras pré-definidas e sem júris, serão atribuídos apoios à recuperação e construção de teatros um pouco por todo o país, por negociação directa entre os interessados (quase sempre autarquias) e o próprio titular da pasta da cultura.²² Por outro lado, o Ministério da Cultura vai assumindo novos compromissos para os quais não tem manifestamente capacidade de financiamento, deixando a gestão de todo este processo várias vezes à beira da ruptura.²³ Acresce o facto de muitos destes acordos terem sido celebrados sem a realização de estudos prévios sobre as práticas culturais dos concelhos ou dos distritos, sem estudos de exploração dos equipamentos e sem que tenham sido desenhados os conteúdos programáticos de cada equipamento.²⁴

¹⁵ Apesar de mencionadas expressamente no protocolo, as cidades de Coimbra, Portalegre e Santarém não serão contempladas (n.º 1 da cláusula primeira).

¹⁶ Teatro Municipal de Bragança, inaugurado em 2004.

¹⁷ Teatro Municipal da Guarda, inaugurado em 2005.

¹⁸ Teatro Municipal de Vila Real, inaugurado em 2004.

¹⁹ Único caso de um equipamento não pertencente a uma autarquia. O Teatro Lethes, em Faro, é propriedade da Cruz Vermelha Portuguesa.

²⁰ Este apoio foi concedido no âmbito da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura.

²¹ Apesar do montante total acordado ser de € 7.481.969,34, face aos atrasos legais e às sucessivas derrapagens das obras, o FFC procedeu a aplicações financeiras, das quais resultaram juros que aumentaram os pagamentos no valor final de € 7.746.844,01. O apoio da Tabaqueira, S.A. correspondeu, em média, a 12,8% do financiamento total de cada projecto. Memorando do FFC - Fundo de Fomento Cultural, de 11 de Dezembro de 2006.

²² “A selecção das acções a apoiar foi da exclusiva responsabilidade do Gabinete de S.Exa. o Ministro da Cultura, cabendo ao IPAE a tarefa do acompanhamento dos projectos e sua aprovação, apoio técnico à elaboração dos programas (quando solicitado) e acompanhamento das obras, tendo em vista a verificação do seu andamento de modo a avaliar os pagamentos a concretizar por parte do MC, bem como o ao apoio financeiro a ser concretizado através do PIDDAC.” Memorando do IPAE – Instituto Português das Artes do Espectáculo ao Ministro da Cultura, 2 de Maio de 2002, p. 3.

²³ Em Julho de 2000, Manuel Maria Carrilho apresenta a demissão do cargo de Ministro da Cultura, sendo substituído por José Sasportes. Rui Vieira Nery tinha deixado o cargo de Secretário de Estado da Cultura em Setembro de 1997.

²⁴ Em 13 de Dezembro de 2006, o FFC estima um investimento por parte do MC de € 60.728.440,63 para 29 equipamentos, o que corresponde a 87,2% do investimento total.

Assim, os denominados programas “Rede de Teatros Históricos”, “Rede Nacional de Teatros e Cineteatros” e a “Rede Municipal de Espaços Culturais” foram meras fórmulas para colocar em negociação no espaço político a possibilidade de intervenção em equipamentos culturais por parte do poder local. Por trás destas denominações, não encontramos programas que revelem uma estratégia para o território, quer para os artistas quer para os públicos. O IPAE – Instituto Português das Artes do Espectáculo não foi chamado a pronunciar-se sobre as possibilidades de intervenção, mas sim a gerir as acções politicamente decididas e que resultaram de negociações exclusivas entre o Ministro da Cultura e os diversos autarcas do país. Trata-se assim de uma política de fomento que cobriu lacunas evidentes onde não existiam equipamentos, solucionou problemas de degradação evidente do património construído mas que pouco contribuiu para um desenvolvimento sustentado das práticas culturais e das artes do espectáculo. Tratou-se mais de responder exemplarmente a uma execução orçamental determinada politicamente por Bruxelas do que de uma política de fomento integrado das artes para o território nacional. Construir teatros e centros culturais de forma tão intensa e extensa marcou a acção política da cultura mais pela novidade do que pela maturidade efectiva dessa medida de política. A coberto de uma certa ideia de democratização cultural²⁵, o programa de fomento lançado pelo XIII Governo Constitucional e continuado sem sobressaltos pelos governos seguintes, mais não fez do que reproduzir o centro e, salvo raras excepções de autonomia política e por isso cultural, transferir para a Província os paradigmas normativos da cultura e das práticas culturais de Lisboa e Porto. Entre 1997, data da reabertura do Teatro Rivoli no Porto e 2007, data da reabertura do Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, muito se alterou na paisagem cultural do país, e não apenas nas capitais de distrito. Importa, por isso, analisar a possibilidade de constituição de uma “Rede” Equipamentos Culturais, conceito frequente na retórica política dos titulares da pasta da cultura mas que não se transformou em conceito operativo dessas mesmas políticas.

²⁵ Os programas foram apresentados publicamente com o seguinte *leitmotiv*: “Um novo Teatro para cada Capital de Distrito. Um novo espaço cultural para cada Concelho. Novos Palcos para os Artistas. Novos Espectáculos para o Público”.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

VARGAS, Carlos, «Construir teatros e cineteatros em Portugal: “Novos palcos para os artistas, novos espectáculos para o público”», *Working Paper #2*, Observatório Político, publicado em 01/12/2011, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.